



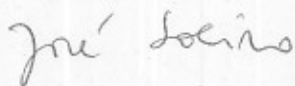
com a segurança social, o que leva estes trabalhadores a inscreverem-se, durante o período da apresentação do espectáculo num país estrangeiro, na segurança social desse país, de modo a poderem apresentar uma situação aparentemente regular.

O Senhor Primeiro Ministro deu recentemente razão ao Bloco de Esquerda, no Plenário da Assembleia da República de 21 de Maio e quando confrontado sobre a situação de precariedade nos Centros Novas Oportunidades, sobre a necessidade do Estado dar o exemplo e acabar com as situações de precariedade, afirmando que "o Governo fará a sua parte no combate à precariedade".

**Assim sendo, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais, venho solicitar informação urgente a respeito das seguintes questões:**

- 1) O Governo considera aceitável que muitos destes trabalhadores e técnicos das artes do espectáculo estejam desde há vários anos com "falsos recibos verdes", tendo uma situação laboral que deveria corresponder a um contrato de trabalho?
- 2) Como justifica o Senhor Ministro que seja o Estado a perpetuar estas situações de ilegalidade?
- 3) O Senhor Ministro considera que o Estado pode ter autoridade para combater a utilização de falsos recibos verdes se é o primeiro prevaricador?
- 4) Está o Senhor Ministro disponível para dar instruções no sentido da celebração de contrato de trabalho para com todos os técnicos que trabalham para os teatros nacionais, mesmo no caso de contratos para funções temporárias?

O deputado do Bloco de Esquerda



José Soeiro